



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

26ª SELEÇÃO PARA ESTUDANTES DE DIREITO - GOIÂNIA/GO PROGRAMA DE ESTÁGIO

DATA DE REALIZAÇÃO: **18/09/2022 (domingo)**

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno contém 51 (cinquenta e uma) questões, sendo 50 (cinquenta) objetivas e 1 (uma) subjetiva.
2. As questões objetivas estão assim distribuídas:
08 (oito) questões de DIREITO PENAL (01 a 08);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL CIVIL (09 a 17);
08 (oito) questões de DIREITO CONSTITUCIONAL (18 a 25);
08 (oito) questões de DIREITO ADMINISTRATIVO (26 a 33);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL PENAL (34 a 42);
08 (oito) questões sobre JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (43 a 50).
3. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
4. NÃO É PERMITIDA A CONSULTA A LIVROS, DICIONÁRIOS, APONTAMENTOS, APOSTILAS OU QUALQUER OUTRO MATERIAL DO GÊNERO, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTRO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR OU RECEPTOR INCLUSIVE APARELHOS CELULARES, PAGERS E SIMILARES.
5. Durante a prova, o candidato não deve se levantar e nem se comunicar com outros candidatos.
6. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas.
7. O candidato que desejar levar seu caderno de prova deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova.
8. As respostas deverão ser marcadas no cartão de respostas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, desconsiderando-se aquelas rasuradas ou que contenham mais de uma resposta. O quadrado da resposta marcada deve ser TOTALMENTE preenchido, bem como o nº da inscrição.
9. O Cartão de Respostas não será trocado em hipótese alguma e o nº da inscrição deve ser marcado no campo apropriado alinhado à direita do Cartão.
10. A desobediência a qualquer das recomendações constantes nestas instruções e àquelas efetivadas pelos fiscais de sala implicará na anulação da prova do candidato.
11. O Gabarito será divulgado no mural da Justiça Federal em Goiás e na Internet: <https://portal.trf1.jus.br/sjgo/>, menu "Concursos", "Estágios".

BOA SORTE!

DIREITO PENAL

1. São princípios aplicáveis na solução do conflito aparente de normas penais, EXCETO:

- a) Princípio da insignificância.
- b) Princípio da subsidiariedade.
- c) Princípio da especialidade.
- d) Princípio da consunção.

2. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

- a) Não se admite o benefício do privilégio ao crime de furto simples.
- b) É qualificado o crime de roubo em que a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca.
- c) Em regra, o crime de estelionato é de ação penal pública condicionada à representação.
- d) O crime de latrocínio (art. 157, §3º do Código Penal) é considerado crime contra a vida.

3. O fato típico integra o conceito analítico de crime e é composto, em regra, dos seguintes elementos:

- a) Conduta, resultado, nexa causal e tipicidade.
- b) Ilícitude, culpabilidade e punibilidade.
- c) Conduta, ilícitude e culpabilidade.
- d) Ilícitude, dolo e culpa.

4. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os crimes de contrabando e descaminho estão previstos no mesmo tipo penal.
- b) Compete à Justiça Federal o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho, ainda que inexistentes indícios de transnacionalidade na conduta.
- c) Verifica-se o crime de descaminho quando há a importação ou exportação de mercadoria proibida.
- d) Não se admite a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho.

5. Com relação às causas de extinção da punibilidade, é CORRETO afirmar:

- a) A morte do agente acarreta a sua absolvição.
- b) Extingue-se a punibilidade do agente que comete o crime em legítima defesa.
- c) A prescrição é uma das causas de extinção da punibilidade.
- d) A “abolitio criminis”, em que pese acarrete a diminuição de pena, não tem o condão de extinguir a punibilidade do agente.

6. No que se refere às causas excludentes da ilicitude, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- b) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- c) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- d) Somente será possível a responsabilização do agente pelo excesso doloso.

7. São espécies de pena, EXCETO:

- a) De banimento.
- b) Privativas de liberdade.
- c) Restritivas de direitos.
- d) De multa.

8. Analise as afirmações que tratam do concurso de crimes.

- I - No concurso material de crimes, as penas são aplicadas cumulativamente.
- II - O concurso formal se configura quando, por meio de uma única ação ou omissão, o agente pratica dois ou mais crimes.
- III - O agente que, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, incorre no concurso material de crimes.
- IV - Para a configuração do crime continuado, o Código Penal exige que os crimes sejam da mesma espécie.

Assinale a alternativa que aponta os itens que contêm SOMENTE afirmações verdadeiras.

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) Somente I.
- d) I, II, III e IV.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

9. Analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) Nos julgamentos dos processos que correm em segredo de justiça somente pode ser autorizada a presença das partes.
- b) Ao proferirem sentença os juízes devem observar, preferencialmente, a ordem cronológica de conclusão dos processos, esta regra, contudo, não se aplica aos tribunais ao proferirem acórdãos.
- c) A regra que veda que seja proferida decisão contra uma das partes sem que ela tenha sido previamente ouvida não se aplica aos casos de tutela provisória de urgência.
- d) No curso do processo judicial não cabe ao membro do Ministério Público estimular a solução consensual de conflitos.

10. Segundo o Código de Processo Civil, na ausência de normas processuais específicas, é cabível a aplicação supletiva e subsidiária das suas disposições aos processos:

- a) Administrativos, tributários e trabalhistas.
- b) Administrativos, tributários e eleitorais.
- c) Eleitorais, tributários e trabalhistas.
- d) Administrativos, eleitorais e trabalhistas.

11. Tendo por base as normas de processo civil vigentes, analise as afirmações abaixo.

- I - Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- II - O interesse do autor pode ficar limitado à declaração da inexistência de uma relação jurídica.
- III - É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido violação de direito.
- IV - Os prazos próprios do Ministério Público são contados em dobro.

A propósito das assertivas supra, é CORRETO afirmar:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.

12. Considerando as disposições do CPC, analise as afirmações abaixo e assinale a opção INCORRETA.

- a) O advogado, como procurador, tem assegurado o direito a requerer vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 5 (cinco) dias.
- b) Sendo o prazo comum às partes, os procuradores poderão retirar os autos somente em conjunto ou mediante acordo prévio, por petição nos autos.
- c) O advogado tem direito de retirar os autos do cartório ou da secretaria, pelo prazo legal, sempre que neles lhe couber falar por determinação do juiz, nos casos previstos em lei.
- d) O advogado, ainda que não esteja atuando como procurador no processo, terá acesso aos autos nos casos de segredo de justiça.

13. A respeito do litisconsórcio é INCORRETO afirmar:

- a) Será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de forma diversa para todos os litisconsortes.
- b) Será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- c) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- d) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

14. Em relação aos atos processuais é INCORRETO afirmar:

- a) Em regra, são públicos.
- b) Podem ser total ou parcialmente digitais.
- c) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.
- d) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo, devendo ser considerado para fins de atendimento do prazo o horário vigente em Brasília.

15. Analise as afirmações abaixo a respeito da tutela de urgência e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A tutela de urgência não pode ser concedida liminarmente.
- b) Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão a tutela de urgência de natureza antecipada não poderá ser concedida.
- c) Para a concessão da tutela de urgência o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir danos que a outra parte possa vir a sofrer.
- d) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.

16. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - A morte de qualquer das partes é causa de extinção do processo.
 - II - A morte do representante legal de qualquer das partes é causa de suspensão do processo.
 - III - A perda da capacidade processual do procurador de qualquer das partes é causa de suspensão do processo.
 - IV - A perda da capacidade processual do representante legal de qualquer das partes é causa de extinção do processo.
- a) Somente as alternativas I e III estão corretas.
 - b) Somente as alternativas II e III estão corretas.
 - c) Somente as alternativas II e IV estão corretas.
 - d) Somente as alternativas I e IV estão corretas.

17. Analise as afirmações a seguir e marque a opção INCORRETA.

- a) O judiciário, como regra, só age quando provocado pela parte.
- b) O juiz deve priorizar o julgamento de mérito da ação, suprimindo e sanando irregularidades sempre que for possível.
- c) A petição inicial será indeferida quando o autor não atender a determinação do juiz para que a emende ou complete com vistas a suprimir defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito.
- d) O prazo para a prática de ato processual a cargo da parte é de 10 (dez) dias, salvo outro previsto em lei ou fixado pelo juiz.

DIREITO CONSTITUCIONAL

18. As chamadas cláusulas pétreas estão enumeradas no art. 60, § 4º, da Constituição Federal de 1988. São consideradas cláusulas pétreas, EXCETO:

- a) O voto direto, secreto, universal e periódico.
- b) Os direitos e garantias individuais.
- c) A separação dos poderes.
- d) A organização do Poder Legislativo.

19. Quanto aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de decisão judicial.
 - II - É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
 - III - É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - IV - A criação de associações e de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- a) Nenhuma alternativa está correta.
 - b) As alternativas I, II e III estão corretas.
 - c) Apenas a alternativa IV está correta.
 - d) As alternativas II, III e IV estão corretas.

20. Nos termos da Constituição Federal de 1988, são órgãos do Poder Judiciário Nacional:

- a) O Ministério da Justiça e o Conselho da República.
- b) Os Tribunais de Contas dos Estados e da União.
- c) O Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Regionais Federais.
- d) O Ministério Público e o Superior Tribunal de Justiça.

21. Nos termos previstos na Constituição Federal de 1988, com vistas a assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabe ao Poder Público, EXCETO:

- a) Dispensar a realização de estudo prévio de impacto ambiental quando da instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
- b) Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- c) Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- d) Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

22. A Constituição Federal de 1988 no capítulo VIII do Título VIII trata dos índios. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os índios e suas comunidades são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhe o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- c) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são alienáveis, desde que a comunidade indígena manifeste concordância.
- d) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

23. Nos termos previstos na Constituição Federal de 1988, compete aos juizes federais processar e julgar, EXCETO:

- a) A disputa sobre direitos indígenas.
- b) Os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.
- c) As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- d) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, inclusive as de falência e as de acidente de trabalho.

24. Nos termos da Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- a) Pluralismo político.
- b) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- c) Dignidade da pessoa humana.
- d) Soberania.

25. As limitações constitucionais ao poder de tributar, segundo a Constituição Federal de 1988, são reguladas por:

- a) Lei complementar.
- b) Decreto.
- c) Resolução.
- d) Portaria do ente federado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Considerando os princípios do Direito Administrativo abaixo indicados assinale aquele que autoriza a Administração anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais.

- a) Motivação.
- b) Finalidade.
- c) Autotutela.
- d) Autoexecutoriedade.

27. Qual dentre os princípios abaixo indicados impõem à Administração o dever de imparcialidade na consecução do interesse público, vedando privilégios dirigidos a particulares?

- a) Impessoalidade.
- b) Moralidade.
- c) Eficiência.
- d) Publicidade.

28. No âmbito da Administração Pública o devido processo legal NÃO assegura aos administrados:

- a) O direito de apresentar defesa escrita.
- b) O direito de ser representado por advogado.
- c) O direito de assistir a inquirição de testemunhas.
- d) A não desapropriação de imóvel.

29. A respeito do Ato Administrativo é CORRETO afirmar:

- a) Abrange os atos de direito privado praticados pelo Estado.
- b) Pode decorrer de declaração pessoal do agente administrativo ainda que fora do exercício de suas atribuições.
- c) Não produz efeitos imediatos.
- d) É sempre passível de controle judicial.

30. A presunção de que o ato administrativo foi praticado com observância da lei diz respeito ao seguinte atributo:

- a) Legalidade.
- b) Presunção de legitimidade.
- c) Imperatividade.
- d) Autoexecutoriedade.

31. A respeito da finalidade e do motivo do ato administrativo, analise as afirmações abaixo e assinale a opção CORRETA.

- I - A finalidade é o resultado que a Administração pretende alcançar com a prática do ato.
 - II - O motivo corresponde aos fatos e ou circunstâncias que levam a Administração a praticar o ato.
 - III - A finalidade e o motivo contribuem para a formação da vontade Administrativa.
 - IV - A finalidade e o motivo se confundem, porquanto o resultado pretendido pela Administração é o que, de fato, motiva a prática do ato.
- a) Todas as alternativas estão corretas.
 - b) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - c) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.

32. A respeito da discricionariedade, é INCORRETO afirmar:

- a) A sua fonte é a própria lei.
- b) Deve ser exercida nos limites estabelecidos legalmente.
- c) Diz respeito ao espaço deixado pelo legislador para que a autoridade administrativa competente, com base em razões de oportunidade e conveniência, decida diante de cada caso concreto.
- d) Não tem qualquer repercussão no que diz respeito ao controle judicial do ato administrativo.

33. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Terras devolutas integram a categoria de bens de uso comum.
- b) Licença é ato administrativo unilateral e vinculado em que a Administração faculta àquele que atenda os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- c) O Poder Judiciário pode exercer o controle dos atos administrativos sob o aspecto da legalidade e da moralidade.
- d) Pode-se dizer que o poder de polícia consiste na atividade do Estado que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

DIREITO PROCESSO PENAL

34. Sobre os princípios processuais penais, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Dentre alguns dos princípios do Direito Processual Penal podemos citar princípio da presunção de inocência, princípio do juiz natural, princípio do contraditório e princípio da ampla defesa.
- () O princípio do contraditório consiste no direito de ser intimado e de se manifestar sobre fatos e provas, tendo como elementos o direito à informação e o direito de participação.
- () O princípio da não autoincriminação garante o pleno direito ao silêncio do acusado e impede a responsabilização da conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial.
- () O princípio do juiz natural está ligado à imparcialidade, sendo vedado juízo ou tribunal de exceção.

- a) V V V V
- b) V F V F
- c) V V F V
- d) F V F F

35. Sobre a aplicação da lei processual no tempo e no espaço, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As normas genuinamente processuais são regidas pelo princípio da aplicação imediata (“tempus regit actum”), sejam benéficas ou maléficas.
- b) As normas processuais penais brasileiras só se aplicam no território nacional, não tendo qualquer possibilidade de eficácia extraterritorial.
- c) Quando se tratar de norma processual mista, o critério a ser adotado é o Direito Penal, ou seja, irretroatividade da lei mais grave e ultratividade da lei mais benigna.
- d) No processo penal vigora o princípio da extraterritorialidade, já que as normas processuais brasileiras podem ser aplicadas fora do território nacional.

36. No que se refere ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- a) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial, não caberá recurso.
- b) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- c) Não havendo justa causa para o exercício da ação penal, caberá à autoridade policial ordenar o arquivamento do inquérito policial.
- d) O inquérito policial não poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial, seja a ação penal pública ou privada.

37. No que concerne à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes de ação penal pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas

dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

- b) O princípio da obrigatoriedade, que rege a ação penal pública, não comporta mitigações.
- c) Nos crimes de ação penal privada, a renúncia voluntária ao exercício de queixa em relação a um dos autores do crime não implica renúncia quanto aos outros autores.
- d) A ação penal privada é regida pelo princípio da indisponibilidade.

38. Aos juízes federais compete processar e julgar, EXCETO:

- a) Os crimes políticos.
- b) Os crimes contra a organização do trabalho.
- c) As contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.
- d) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

39. Sobre o tema prisões e liberdade provisória, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

- a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício.
- b) Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- c) A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva não requer fundamentação expressa.
- d) O agente que é perseguido, logo após, pela autoridade, em situação que faça presumir ser autor da infração não poderá ser preso em flagrante delito.

40. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

- a) As provas ilícitas devem ser mantidas no processo, em que pese não possam ser usadas em desfavor do réu.
- b) Em regra, as provas derivadas das ilícitas serão admitidas.
- c) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- d) O juiz pode condenar o réu com base exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

41. Assinale a alternativa correta.

- a) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que não receber a denúncia.
- b) Caberá apelação, no prazo de dois dias, da decisão que reconhecer causa extintiva da punibilidade.
- c) O recurso, no sentido estrito, deverá ser interposto no prazo de oito dias.
- d) O recurso de apelação não é admitido contra decisões definitivas, apenas contra sentenças.

42. Sobre a busca e apreensão, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para apreender coisas

achadas ou obtidas por meios criminosos.

- b) O mandado de busca e apreensão deverá mencionar o motivo e os fins da diligência.
- c) Assim como a busca domiciliar, a busca pessoal, em todo caso, dependerá de mandado.
- d) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para prender criminosos.

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

43. Inclui-se na competência dos Juizados Especiais Cíveis Federais:

- a) Ação de desapropriação.
- b) Execuções fiscais.
- c) Ação de anulação de lançamento fiscal.
- d) Ações de mandado de segurança.

44. Sobre os Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Compete ao Juizado Especial Cível da Justiça Federal processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de 40 (quarenta) salários mínimos, bem como executar suas sentenças.
- b) Nas causas de sua competência haverá reexame necessário quando a União for vencida.
- c) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Cível da Justiça Federal a sua competência é relativa.
- d) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.

45. Considere as assertivas abaixo a respeito dos Juizados Especiais Federais e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As partes poderão designar representantes para a causa, que necessariamente deverão ser advogados.
- b) Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como réis, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.
- c) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, a soma de 12 (doze) parcelas não poderá exceder o limite de alçada (sessenta salários mínimos).
- d) O Juizado Especial Federal Cível é competente para processar, conciliar e julgar as causas para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.

46. Nos termos previstos na Lei n. 10.259/2001, podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como autores, EXCETO:

- a) Pessoas físicas.
- b) Microempresas.
- c) Autarquias.
- d) Empresas de pequeno porte.

47. A respeito dos princípios norteadores dos Juizados Especiais Federais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Formalidade, oralidade e irrecorribilidade das decisões.
- b) Simplicidade, celeridade e oralidade.
- c) Oralidade, informalidade e simplicidade.
- d) Informalidade, celeridade e economia processual.

48. No que diz respeito aos recursos nos Juizados Especiais Federais Cíveis, assinale a assertiva INCORRETA.

- a) Somente será admitido recurso de sentença definitiva. Todavia, as medidas cautelares deferidas no curso do processo também podem ser objeto de recurso, nos termos previstos no art. 5º da Lei nº 10.259/2001.
- b) Para interposição do recurso não é exigido preparo, ainda que a parte recorrente não seja beneficiária de assistência judiciária gratuita.
- c) O prazo para interposição de recurso de sentença é de 10 (dez) dias, cabendo o julgamento à Turma Recursal.
- d) Oposição de embargos de declaração interrompe o prazo para interposição de recurso.

49. Analise as afirmativas abaixo sobre os Juizados Especiais Federais e marque a opção CORRETA.

- I - São da competência dos Juizados Especiais Federais as causas que tenham por objeto impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.
 - II - Inclui-se na competência dos Juizados Especiais Federais ação sobre bens imóveis das autarquias e fundações públicas federais.
 - III - O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo para evitar dano de difícil reparação.
 - IV - Pode ser designado exame técnico, caso seja necessário à conciliação ou ao julgamento da causa.
- a) Nenhuma assertiva está correta.
 - b) Estão corretas as assertivas II, III e IV.
 - c) Estão corretas as assertivas I e III.
 - d) Estão corretas as assertivas III e IV.

50. Considere as assertivas abaixo a respeito dos Juizados Especiais Federais e assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Lei nº 10.259/2001 veda o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte na forma de RPV (Requisição de Pequeno Valor) e, em parte, mediante a expedição de precatório.
- b) Se o valor da execução ultrapassar o limite de alçada o pagamento far-se-á sempre por meio de precatório, não se permitindo à parte exequente renunciar o crédito excedente para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.
- c) Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais não estão autorizados a conciliar, transigir ou desistir nos processos de competência dos JEFs.
- d) O Juizado Especial Cível da Justiça Federal é competente para processar e julgar mandando de segurança referente à disputa sobre direitos indígenas.

FIM DAS QUESTÕES OBJETIVAS

PÁGINA EM BRANCO (RASCUNHO)

QUESTÃO DISCURSIVA

INSTRUÇÕES:

1. Leia atentamente o enunciado proposto;
2. Sugere-se utilização de todas as linhas disponibilizadas para a resposta (30 linhas no máximo);
3. O texto-resposta deve ser claro, objetivo, coeso, coerente e observar a norma culta da língua portuguesa;
4. Serão avaliados conteúdo jurídico, capacidade de argumentação e raciocínio, coesão e coerência do texto, além da observância às normas ortográficas e gramaticais;
5. Entregue ao terminar a prova, mesmo que em branco, juntamente com o cartão de respostas.

Nº de Inscrição: _____

Discorra sobre o processo judicial eletrônico, destacando os seguintes aspectos: (i) princípios constitucionais atinentes ao processo digital; (ii) a prática eletrônica de atos processuais no âmbito do CPC/2015; (iii) vantagens na utilização do processo em meio eletrônico para a prestação jurisdicional, e (iv) desafios à implementação do processo digital no Brasil.

Atenção Candidato(a): não preencher o espaço abaixo.

Nota do(a) Candidato(a):

Comentários do Juiz Avaliador (se necessário):

Carimbo e assinatura do Juiz Avaliador: